



BALANÇO DE REUNIÕES TEMÁTICAS

1º de agosto de 2022



Com objetivo de estudar e mapear políticas públicas que melhorem os marcos legais brasileiros, o Ministério de Minas e Energia (MME) realizou, nos dias 27, 28 e 29 de julho, a Iniciativa Mercado Minas e Energia (IMME). O evento contou com participação do Ministro Adolfo Sachsida, secretários do MME e de órgãos vinculados, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Agência Nacional de Mineração (ANM).

Foi realizada uma série de reuniões temáticas, entre órgãos e entidades públicas e privadas, em que se promoveu discussão, produção e apresentação de propostas de desenvolvimento dos setores de energia elétrica, mineração, petróleo, gás e biocombustíveis.

Neste documento, são apresentados os principais temas debatidos na IMME, bem como propostas de encaminhamentos futuros.

Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

1) Melhoria do ambiente de negócios no *downstream*

Priorizou-se a elaboração de propostas de marco legal para: (a) criação de regras de fiscalização e de punição ao devedor contumaz, bem como para incrementar a arrecadação, desestimular a prática de parcelamentos especiais e aumentar a efetividade da execução fiscal; (b) tipificação dos crimes de furto e roubo de combustíveis de estabelecimentos de produção, instalações de armazenamento e dutos de movimentação e os crimes de receptação de combustíveis, podendo abarcar o furto de energia e outros.

2) Aperfeiçoamentos no mercado de Créditos de Descarbonização (CBIOS)

O foco dos trabalhos será na regulamentação dos Créditos de Descarbonização (CBIOS) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na elaboração de proposta para viabilizar a fungibilidade dos CBIOS.

3) Adequações tributárias para negociação de gás natural no ponto virtual de negociação (PVN)

Os trabalhos terão como objetivo principal a elaboração de proposta de marco legal para estabelecer regras mais gerais de tributação da comercialização do gás natural a fim de viabilizar as negociações no ponto virtual de negociação (PVN). Paralelamente, poderá ser elaborada proposta de Ajuste SINIEF - Sistema Nacional de Informações Econômica Fiscais - a ser apresentada ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), bem como proposta de definição do PVN no âmbito regulatório.



4) Regime de contratação para exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural no pré-sal

Os trabalhos serão conduzidos visando à elaboração de proposta de marco legal que permita a contratação de áreas dentro do polígono do pré-sal no regime de concessão, preservando a segurança jurídica dos contratos no regime de partilha de produção assinados anteriormente.

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

O foco dos trabalhos para o setor será a maximização do aproveitamento socioeconômico do potencial mineral.

Nesse sentido, serão priorizados os seguintes temas:

1) Aumento da produtividade de áreas outorgadas

Titulares para pesquisa: Prorrogação de prazo para pesquisa com comprovação de investimento e oneração progressiva das áreas.

Titulares para lavra: Prazo para início da lavra e oneração de áreas inativas.

Disponibilidade de áreas: Modelagem do processo e cronograma de ofertas com sistemática anual.

Racionalização de processos e prazos de análise: Revisão/simplificação da documentação exigida no trâmite de processos minerários com eliminação de análises subjetivas pela ANM.

2) Redução de bloqueios e restrições territoriais

Faixa de Fronteira: Proposição de mecanismos para agilização e dinamização de atividades minerárias em área de fronteira.

Ordenamento Territorial: Introdução da temática mineral no contexto das cidades.

3) Mercado financeiro mais eficiente para mineração

Mecanismos de financiamento para produção mineral: Modelagem de produto do tipo FI-Mineral com oportunidades para:

- empreendedor verde (pequena escala);
- minerais para transição energética; e
- investimentos socioambientais no entorno de projetos

Mecanismos de financiamento para pesquisa: Letra de Resultado Geológico (inspirada na Letra de Risco de Seguro) com foco em investimentos de risco, na fase de pesquisa.



4. Geração e difusão de conhecimento geológico

Disponibilização de dados da pesquisa mineral realizada pelas empresas.

Modelos de parceria das empresas para desenvolvimento de pesquisas minerais pré-competitivas.

Energia Elétrica

1. Encargos e Subsídios: Reavaliação do relatório da Modernização do Setor Elétrico relativo a encargos e subsídios, com ênfase nas discussões sobre proposição de ato legal para “teto” para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

2. Encargo de Serviço de Sistema: Avaliação da pertinência de propor ajustes em atos infralegais visando a redução de encargos, como o comando estabelecido no artigo 59 do Decreto nº 5.163/2004, que trata de pagamento de Encargo de Serviço de Sistema por autoprodutor.

3. Abertura de Mercado: Proposição de mecanismos para viabilizar a continuidade da abertura equilibrada de mercado para os consumidores de energia elétrica.

Planejamento e Desenvolvimento Energético

1. Acesso de consumidores livres e autoprodutores à Rede Básica: Modernização do Decreto 5.597/2005.

2. Leilão de Margem de Escoamento: Disponibilização em Consulta Pública (CP) da proposta de Portaria para a realização do primeiro leilão desta natureza, previsto pelo Decreto 10.893/2021.

3. Sistemas Isolados: Incorporação de melhorias decorrentes da CP 120/2022 ao planejamento dos sistemas isolados e aprimoramentos dos próximos certames.

4. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI): Alteração da portaria normatizadora, para excluir desse regime a aplicação em projetos de reforços e de melhoria de transmissão, cuja entrada em operação seja no curto prazo.

5. Projetos Prioritários: Alteração da portaria de aprovação de projetos prioritários para fins de emissão de debêntures, com a inclusão de projetos de melhorias de transmissão constantes de Plano de Modernização de Instalações (PMI).